ENTREVISTA

Entrevistador: Leandro Augusto Pires Gonçalves

Entrevistado: Jurandir Freire Costa

Iniciada às 11:07 horas do dia 10/02/2017

Entrevista realizada no consultório clínico onde atende Jurandir Costa

Tempo de entrevista: 01h 07min 38 seg.

[LG] Professor, gostaria de ouvi-lo falar de como você foi parar no IMS... você veio de Paris, você nos contou na minha qualificação, e foi para o departamento de Psiquiatria do Hospital da UERJ...

[JFC] Isso... o encontro com o IMS aconteceu porque eu estava no departamento de Psiquiatria. Eu vim para a psiquiatria pela mediação do Joel [Birman]. Conheci o Joel no Rio. Uma amiga em comum, Carmen da Poian, que havia feito a formação em Paris, me apresentou a ele. Mandeí meu currículo, Joel o apresentou ao professor Eustáquio Portela, que era chefe da cadeira de Psiquiatria, e o professor Portela me admitiu. Logo que cheguei, o IMS estava começando o programa de mestrado. Joel conhecia Reinaldo Guimarães e Hesio Cordeiro, dois dos principais incentivadores da fundação do mestrado. Eu não tinha história no Rio. Então, Hesio e Nina Pereira Nunes me receberam com uma generosidade e uma simpatia excepcionais. Sem me conhecer, me convidaram para dar aulas. A partir daí, parte de minha carga horária na Psiquiatria, com a concordância da chefia, era dada no programa de mestrado do IMS. Em seguida, comecei a participar de um grupo de pesquisa, junto com Roberto Machado, sobre o trabalho de Foucault. Roberto também dava seminários no IMS. Começamos a trabalhar juntos, mas percebemos

que o material era gigantesco. Nos dividimos, então, em dois grupos. Das pesquisas, resultaram: “Danação da norma”, coordenada pelo Roberto e com a participação de mais 2 ou 3 outros jovens pesquisadores, e “Ordem médica e norma familiar”, que orientei, com a colaboração de 4 residentes: Alfredo Schechtman, Daniela Ropa, Paulo Gadelha e Renato Veras. Joel, no mesmo período, produziu sua pesquisa sobre a história da psiquiatria, também à luz do pensamento de Foucault. Naquela época, nós 3 trabalhávamos temas afins.

[LG] A mediação institucional aconteceu mesmo pelo Eustáquio, não é?

[JFC] Não exatamente. No que me concerne, com certeza. Devo ao espírito aberto do professor Portela a chance que ele deu a mim e ao Joel, de dar aulas no IMS. Com Roberto era diferente. Roberto é filósofo. Sua presença era extremamente importante porque ele tinha um domínio sobre Foucault que eu estava muito longe de ter. Mas ele nada tinha a ver com psiquiatria. Enfim, com a saída do professor Portela, entrou nosso colega Jorge Alberto Costa e Silva, que manteve a atitude de cooperação quanto a nossa participação no IMS.

[LG] Eu idealizava que a Psicanálise entrou no Instituto de uma maneira interessada... imaginava que os médicos – a Nina, o Hesio e os outros – estivessem interessados na Psicanálise como contribuição intelectual. Eu perguntei para o Hesio se eu estava certo, se eles tinham ido buscar a psicanálise para somar, e ele me deu a entender que não, que nunca foi o interesse pela psicanálise, que a chegada de vocês se deu através dos encontros na Faculdade de Ciências Médicas...

[JFC] De fato, Hesio, Nina e outros colegas estavam interessados na discussão sobre as relações de poder na psiquiatria, como disciplina médica. Por acaso, eu e Joel éramos psicanalistas. A relação de psicanálise com, digamos, política e cultura, existiu bem antes de minha chegada ao Rio, e, tanto quanto saiba, não tinha vínculo algum com o IMS. Essa relação foi criada pela atuação de Hélio Pellegrino,

sobretudo com seu trabalho na Clínica Social concebida por Catarina Kemper. Em função do clima repressivo do período ditatorial, Hélio Pellegrino, com seu imenso talento literário e sua vocação libertária, projetou a psicanálise na cena política com uma grandeza certamente desproporcional a quantidade de analistas que se interessavam por política. A partir de 1976, a integração de psicanálise e política foi mais forte. Para isso, colaboraram o enorme interesse por Foucault – que, embora adversário da psicanálise trouxe a discussão psicanálise versus política para o centro do debate cultural – e, ao lado desse interesse, a chegada ao Brasil dos colegas argentinos que foram obrigados a migrar por conta da ditadura de Videla. Lembro que Gregório Baremlitt, Oswaldo Saidon e outros, que trabalharam sobretudo com Chaim Katz, trouxeram elementos de reflexão sobre psicanálise e política que enriqueceram sensivelmente o panorama brasileiro. No IMS, no entanto, predominava o estudo da psiquiatria como representante da violência asilar, da normatização médica da loucura. Em suma, no IMS se tratava de Foucault, Castel, Goffmann, Laing, Cooper, Basaglia e não de Freud, Klein, Lacan ou Winnicott.

[LG] Esse grupo de argentinos foi para onde?

[JFC] Vieram para numerosas cidades brasileiras. Em quase todas, deixaram a marca ou da psicanálise política - via sobretudo Deleuze e Guattari - ou da psicanálise lacaniana. Sem dúvida, um aporte muito importante para nossa história da psicanálise. No início, foi esse o panorama de trabalho. Depois, na segunda etapa de minha estadia no IMS, a partir de 1985, tive mais tempo de focar as pesquisas em torno da psicanálise. Como minha formação universitária em Paris tinha sido em Etno-psiquiatria, com Georges Devereux, um grande antropólogo e psicanalista, a migração para os estudos culturais foi relativamente fácil. Com Devereux, fiz o mestrado sobre a Liga Brasileira de Higiene Mental, movimento eugenista de caráter racista, antiliberal, e que se deixou influenciar pelo pensamento psiquiátrico nazista. A idéia de pensar psicanaliticamente a inscrição do psiquismo na esfera cultural veio de Devereux. Só que ele era muito conservador. Eu, pelo

contrário, sempre fui inclinado a ver o mundo e minha profissão pela janela dos ideais emancipatórios. Tentei, assim, desde aquele período até hoje, a adaptar a exigência de rigor teórico de Devereux ao universo dos estudos críticos que chamamos, grosso modo, de psicanálise dos “sintomas culturais”. Sintoma cultural é o estilo de vida resultante da forma como o sujeito introjeta, reage, reflete, recria ou obedece às normas morais impostas ou, ao contrário, como segue as regras de transgressão prescritas, toleradas e, muitas vezes, silenciosamente incentivadas pela sociedade. No nosso jargão, “sintoma cultural” é o retorno à superfície da cultura daquilo que foi recalçado em matéria de sexualidade e agressividade, ou de modo mais simples, em matéria de gozo. Nestes estudos sempre procurei combinar uma vertente da análise de natureza histórica ou genealógica e outra clínica. Ou seja, à história ou genealogia das mentalidades procurei somar a resposta psicológica dos indivíduos à suas circunstâncias. Assim, o cuidado epistemológico sempre esteve presente. Pois, como ensinava Devereux, um fato tem sempre uma ou várias descrições possíveis, para retomar o termo descrição no sentido pragmático de Richard Rorty. Uma coisa é saber, por exemplo, que a contemporaneidade favorece o surgimento de quadros anoréxicos, sobretudo em mulheres; outra coisa é saber por que apenas certas mulheres fazem da injunção cultural da magreza um modo exacerbado de expressão de seus conflitos psíquicos. Estudos culturais só têm sentido se servirem para vermos mais claros o objetivo de nossa intervenção clínica. Paraphraseando Canguilhem: primeiro o *pathos*, depois o *logos*. Até hoje, preservo esta regra metódica. Por exemplo, no estudo dos relatos em primeira pessoa de casos de autismo, insistimos em diferenciar o que é da ordem do autismo como diversidade cultural e o que é a da ordem da fenomenologia psicológica dos sujeitos com autismo. A discussão sobre a natureza da “cognição”, do “afeto”, da “sensório-motricidade”, da “linguagem e da comunicação com o outro” é tão importante quanto entender a expressão autista como um estilo de vida particular. Esta linha de investigação não mudou. Mudaram os objetos e teorias.

[LG] Você foi convidado para construir uma Pós-graduação em Medicina Social. Nessa construção, você foi convidado para pensar esse termo “Medicina Social”?

[JFC] Quando eu cheguei, isso já estava em discussão.

[LG] Você entrou na discussão?

[JFC] Mais ou menos. Nessa discussão sempre fui um figurante; sempre estive no “banco de reserva” do banco de reserva.

[LG] “Saúde Coletiva” estava na discussão desde o início?

[JFC] Eu acho que estava... não tenho muita certeza... essa ideia, realmente, era muito mais discutida e elaborada em outros setores do IMS. Eu ficava do lado de cá, ficava com Psiquiatria, com a Psicanálise e com o aparato crítico em relação a isso. Como disse, nossas grandes questões eram como utilizar Goffman, Robert Castel, Foucault, Félix Guattari, Jean Oury, Basaglia e outros para liberar as atipias mentais da opressão asilar ou da hipermedicalização, esta última entendida não como forma auxiliar de tratamento, mas como abolição da subjetividade em proveito da pura funcionalidade social da pessoa medicada. Esse era nosso lugar. Saúde Coletiva era objeto de pesquisa e debate de outros colegas. Eu ia acompanhando essa discussão, mas nunca as tomei como objeto de investigação. Por exemplo, as discussões sobre “seguro privado”, criação do SUS, assistência primária, indústria farmacêutica, ensino médico, monopólio do saber médico sobre as doenças etc... passavam por Hesio, Nina, José Luís Fiori, Reinaldo, José Noronha, depois, [Sérgio] Arouca, Anamaria Tambellini, que nesse tempo interagiam muito com o IMS e, depois, pelos antropólogos como Maria Andréia, Madel etc. No terreno da psiquiatria, isso passava pelos alunos de então, como Paulo Gadelha, e Paulo Amarante que, durante certo tempo, cooperaram conosco.

[LG] Ele é psiquiatra, não é?

[JFC] O Paulo? Acho que não mais. Mas era um ótimo residente!!! Pois bem, dessa discussão, eu era apenas ouvinte interessado. Repetindo, nosso campo de investigação já era, e continua sendo, enorme. Queríamos formar um grupo que fosse capaz de pensar com seriedade essas questões da Psiquiatria no Brasil, o que já era muitíssimo...

[LG] Mas algum nível de interlocução havia...

[JFC] Claro... A interlocução aumentou muito depois da chamada “reforma psiquiátrica” e da promulgação da apelidada “lei Paulo Delgado”. Neste momento, no entanto, eu já estava bem mais afastado da psiquiatria. Ainda tinha interlocução com os colegas, mas a concentração era em psicanálise.

[LG] Algum grau de influência você tinha, nessas discussões...

[JFC] Não tenho isso muito claro. Talvez... No início da formação dos CAPS [Centros de Atenção Psicossocial], com certeza. Colaborei com o pessoal de São Paulo, Ana Pitta e Jairo Goldberg, na implantação do primeiro CAPS.

[LG] O Fiori disse que vocês dois foram responsáveis pela primeira disciplina do Instituto, “Determinação Social da doença”. Você lembra dessa experiência?

[JFC] Agora, que você falou, lembrei.. Ou seja, não lembrava que este era o exato título da disciplina. Zé Luís oferecia, é óbvio, a leitura mais sócio-política e eu a mais sociocultural. Minha matriz teórica se descolava mais, por exemplo, do recorte de “classe social”. Certos imperativos culturais, penso, atravessam o corpo social e têm impacto em quase todos os sujeitos expostos a um dado estilo de vida. Por exemplo, o chamado “individualismo possessivo”, ou atualmente o narcisismo que

chamo de “*smart* narcisismo”, são formas de subjetivação que atingem pessoas pertencentes à diversas classes sociais. Hoje, então, com a questão da “diversidade” ou das “minorias identitárias”, a descrição sócio-política deve ter mudado, mas do ponto de vista psicanalítico, a questão da forma de subjetivação persiste: nestas novas identidades, o que faz com que cada um defina para si o que é sofrimento, autorrealização, fracasso, sucesso etc., é estritamente dependente da fantasia pessoal. Isto importa porque os sintomas individuais têm a ver com a tradução original de cada um dos comandos culturais sobre o que permitido, proibido, admirado, condenado etc. Eu procurava ver a questão desse ângulo. Zé, naturalmente, com a competência que lhe é própria, via o lado político-econômico-social: como é que se distribuíam as doenças, taxa de mortalidade, a vulnerabilidade de certos grupos, desigualdades como fator de vulnerabilidade, etc. ..

[LG] O Fiori também tem uma “queda” pela psicanálise...

[JFC] Ah é..? Não sabia. Se bem que, se pensarmos em Zygmunt Bauman, o vínculo é fácil de fazer. Certas passagens de Bauman são explicitamente freudianas. Aliás, pensando bem, toda tradição da Escola de Frankfurt e sua filiação vai nessa direção.

[LG] Não está nas produções do Fiori, mas ano passado eu fiz uma disciplina com ele, e ele deixou claro que o [Norbert] Elias é um pensador que o inspira muito...

[JFC] Elias era psicanalista [risos dele]. Veja aquele trabalho dele sobre o “Processo Civilizatório”! É um clássico absoluto da história das mentalidades. É como se ele “visse de fora” o que, nós, psicanalistas, procuramos “ver de dentro”. Obviamente, esta tópica de “dentro” e “fora” tem um sentido técnico em psicanálise que não importa aprofundar. Seja como for, Zé Luis buscava mostrar quais forças politicoeconômicas condicionavam o modo como as pessoas são levadas a

“adoecer”; eu tentava entender como as pessoas se apropriam subjetivamente do sentido cultural de “como se tornar doente”. É neste ponto que as experiências do adoecer variam segundo os indivíduos. É também o ponto em que somos chamados a agir como psiquiatras ou psicanalistas.

[LG] Mas a disciplina, de algum modo, gera uma “dobradinha” dessas perspectivas...

[JFC] Claro, claro...

[LG] Funcionou bem?

[JFC] Olha, não sei.. como é que posso avaliar se funcionou bem? Cabe aos outros dizer. O que posso dizer é que pelo interesse despertado, pela qualidade dos trabalhos dos alunos que então faziam as disciplinas, talvez tenha funcionado bem. Se tivermos contribuído para a formação de Benilton Bezerra, Renato Veras, Alfredo Schechtman, Paulo Gadelha, Paulo Amarante e tantos outros que temo ser muito injusto ao não citar, acho que contribuimos em algo para o campo da Saude Coletiva.

[LG] Inclusive pessoas que não são ligadas a Psiquiatria e que ficaram marcadas por alguns debates promovidos por vocês. O Kenneth [Camargo] e o Ruben [Mattos] sempre se referem ter conhecido o [Richard] Rorty através de você. Tem algumas mediações suas que ultrapassam o próprio campo seu...

[JFC] A natureza do pensamento de Rorty, de fato, ultrapassa fronteiras disciplinares. Conheci Rorty por puro acaso intelectual. Estava interessado em conhecer melhor Habermas, para saber como ele tentava conciliar teoria linguística do inconsciente e teoria do sujeito como agente histórico. Me deparei com uma discussão entre ele e Rorty, e, desde aquele momento, passamos cerca de 15 anos

estudando o neo-pragmatismo rortiano acrescido da teoria da linguagem de Wittgenstein, que me foi vivamente sugerida pela nossa amiga já falecida, Ana Maria Ribeiro Coutinho. Passamos da questão “estruturalismo versus historicismo” para a questão dos jogos de linguagem, das formas de vida, das descrições de eventos, contextualização de saberes etc.

[LG] Vocês estavam olhando muito mais para a Europa, não é?

[JFC] Não exatamente, pois as perspectivas de Rorty para Wittgenstein nos permitia trazer o debate para o contexto brasileiro. Seja como for, o contato com o pensamento dos dois, resultou no completo fascínio! Inteligência de sobra e uma nova maneira de olhar o psiquismo. Aí...acabou!!!!

[LG] [risos meus] Acabou?

[JFC] É um certo exagero, mas serve para dar a medida de meu interesse pela abordagem dos dois. Acabou quer dizer que, até hoje, a matriz do neopragmatismo epistêmico e dos jogos de linguagem wittgensteiniano são o pano de fundo implícito em tudo que investigo. Claro, outras referências estão presentes no que investigo, em particular, é óbvio, Freud e outros autores da psicanálise. Mas Rorty, ao lado de Foucault, foi uma das pessoas mais cativantes do ponto de vista intelectual que conheci. É bem verdade, não conheci muitas. Em suma, o neopragmatismo norte-americano e o pragmatismo linguístico de Wittgenstein, apesar de despertarem muitas críticas de inspiração marxista, nietzschiana ou heideggeriana me parecem um instrumento de análise teórico riquíssimo. No trabalho que fiz sobre sexualidade com Richard Parker, ele foi fundamental.

[LG] Isso foi na década de 80, não é?

[JFC] Final da década de 80...

[LG] Que vão dar nos trabalhos do Richard sobre HIV...

[JFC] Richard já trabalhava na questão do HIV. Então, a Fundação Ford financiou uma pesquisa na qual trabalhamos juntos. Se não me engano, o Luiz Antônio também estava ocupado com a questão da transmissão por via sanguínea. Bem, a quantidade do material antropológico de Richard era enorme. Mas, logo me dei conta de que era impossível “tipificar”, classificar por “categorias” as práticas, desejos ou fantasias sexuais dos entrevistados. A tipificação só poderia ter sido obra de uma espécie de “lavagem cerebral cultural” que nos levou a tomar como “natural” as divisões sexuais e de gênero que temos hoje. Lembre que, naquele período, essa enorme discussão cultural sobre sexos e gênero era infinitamente menor. Comecei, então, a estruturar metodologicamente o estudo em 3 grandes dimensões: a dimensão histórico-genealógica, usando, sobretudo, Foucault e outros autores construcionistas; a dimensão dos jogos de linguagens, usando Wittgenstein e Rorty e, finalmente, a dimensão intrapsíquica, usando Freud. No estudo, então, tentava explicitar: 1) quais forças político-econômicas e de interesses grupais haviam criado a ideia de que nos dividimos sexualmente de X maneiras; 2) quais hábitos linguísticos nos fazem “naturalizar” tais divisões; 3) quais as consequências psicológicas de aprendermos a nos identificar com tais divisões. O resultado foi bastante razoável. A teoria pragmática da linguagem foi essencial para a abordagem. Sem a ideia de uma história ou genealogia da gramática sexual vernacular não teríamos como mostrar que o modo como nos descrevemos sexualmente nos faz ser quem pensamos ou queremos ser. Isso, entretanto, não significa que fiz de Rorty um fetiche que explica tudo. Em outros estudos, como aquele sobre o romantismo amoroso, usamos outras coordenadas teóricas, outra literatura histórica, e outros autores do campo psicanalítico.

[LG] Você está falando de diálogos improváveis, como psiquiatra... de algum modo, aquele grupo inicial que te recebeu te anunciava isso? O que naquele grupo inicial do Instituto te cativou a permanecer?

[JFC] O que me encantou, em primeiro lugar, foi o fato das pessoas serem muito agradáveis, muito acolhedoras. Em segundo lugar, suas visões de mundo. Em terceiro lugar, a qualidade dos alunos, que era excelente. Enfim, a impressão que tive, desde o início, que aquele grupo estava disposto a respeitar a liberdade de pesquisa de cada um de nós. Na época, Luiz Alfredo Garcia-Roza, Teresa Pinheiro e outros, quando montaram o mestrado em Teoria Psicanalítica na UFRJ me convidaram. Eu também recebi convite para a PUC. Mas eu já me sentia comprometido com UERJ, pois, no meu imaginário, deixo claro, me sentia mais próximo de alunos socialmente diversificados. Acho que não faz sentido, sobretudo se compararmos a UERJ com a UFRJ, já que a PUC, de fato, tem uma maioria de estudantes com padrões econômicos mais altos. Pouco importa, para mim dar aulas a estudantes menos privilegiados socioeconomicamente era uma espécie de compromisso moral. É claro, repito, era uma fantasia que tinha força de verdade.

[LG] A UERJ já representava isso, à época?

[JFC] Já, porque ficava na zona norte, enquanto que a UFRJ era predominantemente frequentada por pessoas que tinham tido boa escolaridade na zona sul, e a PUC, apesar de ter tido sempre um belo programa de bolsas de estudos para alunos carentes, tinha um recorte nitidamente marcado por pessoas com maior poder aquisitivo. Além disso, outro fator pesou muito na escolha: no IMS eu podia discutir psicanálise da forma que julgava mais interessante. Isso nem sempre era fácil naquele momento. Havia, então, um enorme entusiasmo pela psicanálise, e as discussões entre escolas e orientações ferviam. Muitos debates terminavam em rupturas de escola e inimizades pessoais. Não queria isso. Na UERJ eu sentia que tinha um lugar para respirar sem máscara. Lá ia quem queria e sabia o que ia encontrar. Então, eu, Benilton, Joel e depois Plastino, cada uma a sua maneira, pôde desenvolver os tópicos de psicanálise e cultura que mais nos interessavam. Claro, não estou citando Rafaela e Rossano, pois estes chegaram quando eu estava quase saindo.

[LG] Você falou que as pessoas que te receberam eram “agradáveis”. O que você chama de agradável?

[JFC] Eles eram receptivos, abertos, acolhedores, e nos ajudavam até a procurar lugar para morar: “vai desalugar um apartamento em tal bairro simpático, melhor que o outro”. Eu não era do Rio. Hesio, Nina, e os demais foram muito amáveis. Além disso, tínhamos um ambiente de discussão muito rico, interdisciplinar. Íamos almoçar em Vila Isabel e discutíamos sobre tudo: política, cinema, literatura, música, discutíamos o “diabo-à-4”... E havia uma atitude de troca teórica: sabíamos, de modo geral, o que o colega estava produzindo e que era uma coisa importante. Depois, a instituição foi crescendo, e deixamos de saber o que cada um estava produzindo. Era inevitável.

[LG] Uma coisa que estou captando na história de vocês, algo que se repete nessas histórias... não é algo que vocês se dediquem muito a falar, mas é algo que sempre aparece: rupturas familiares, forçadas ou desejadas. Entre todos vocês e suas origens, não exatamente familiares...

[JFC] Ah, sim...

[LG] Isso, de algum modo, também aproximou vocês, naquele período?

[JFC] Não, eu não acredito. Isso não estava em questão, não havia a ideia que éramos migrantes ou que estávamos, de certa maneira, constituindo uma comunidade de eleição, de aliança e não de sangue, não tinha isso... Isso havia quando eu estava na Europa. Ali sim! Os asilados do Brasil, e depois, em 73, as pessoas que chegaram do Chile... formavam uma comunidade de migrantes. Lembro que fomos receber no aeroporto, Raul e sua família, o filho de René Schneider, militar que havia sido morto por defender Allende. Aqui no Rio, era diferente. A menos que tenha sido algo inconsciente. Conscientemente, os projetos

de estudo e trabalho eram tantos que me sentia como se estivesse aqui desde sempre.

[LG] Vocês ainda estavam vivendo o rescaldo do final da década de 60...

[JFC] Em Paris, com certeza. Maio de 68 tinha acontecido há dois anos, e a cidade, do ponto de vista intelectual, era um oásis comparado com o que vemos hoje em dia. Era um tempo de debates de intelectuais como Sartre, Lacan, Althusser, Foucault, Derrida, Deleuze, Barthes Bourdieu, Lévi-Strauss, fora dezenas de outros grandes pensadores. E o melhor era que muitos desses seminários eram gratuitos e abertos.

[LG] Tua formação intelectual se deu entre esses Seminários?

[JFC] Não, não havia tempo de frequentar isso tudo. Eu trabalhava no hospital onde estava fazendo minha residência, e seguia os seminários de etnopsiquiatria: Claude Weil, Devereux, Roger Bastide... Foi onde li pela primeira vez “O normal e o patológico”, livro que marcou definitivamente minha reflexão sobre psiquiatria.

[LG] Mas, voltando ao tópico da migração, essa marca era comum a vocês, nesse círculo inicial do IMS, a ruptura...?

[JFC] Talvez... Mas Joel era daqui, Hesio era daqui, Nina era daqui...

[LG] Mas havia importantes tensões políticas familiares... e havia os migrantes: Ricardo Tavares, Fiori...

[JFC] Ricardo era... Zé Luís, sim: saiu da USP, veio do Chile... mas acho que a unidade de percepção e visão de mundo era muito maior do que as nuances de origem geográfica ou política... Alguns eram ou tinham sido mais próximos do Partido Comunista, eu, não...

[LG] O Joel era, não é?

[JFC] Não sei. Acho que Hesio e Nina, sim. Quanto aos outros, não lembro. Estas diferenças perdiam importância porque o projeto comum de uma medicina melhor num mundo melhor era suficientemente forte para unir todos nós.

[LG] Sua posição de esquerda seria em um socialismo cristão?

[JFC] Se isso fizesse sentido ainda hoje, sim. Eu participei, quando jovem da Ação Católica e depois de uma ala da Ação Popular. A Ação Católica se inspirava diretamente na participação da igreja, sobretudo leiga, na sociedade francesa. A Ação Popular tinha um grupo que era mais fiel ao marxismo e outro que aceitava a crítica marxista das contradições sociais, mas não abraçava a solução do modelo político proposto, ou seja, partido único, integração dos militantes no campo e nas fábricas etc. Eu me enquadrava neste segundo grupo.

[LG] Às experiências do “socialismo real”...

[JFC] Nós éramos marcados por essa discussão que já havia vindo à tona na Europa há muito tempo. Ao chegarmos na França depois de 68, o debate sobre o totalitarismo dos países do chamado Leste Europeu estava no auge. Já se falava de um “eurocomunismo” que estava sendo pensado na Espanha, na Itália, e na experiência frustrada de 68 em Praga. O “socialismo com rosto humano” começava a ser levado à sério. Era muito difícil continuar a defender que regimes como os da Alemanha do Leste ou da Tchecoslováquia – falo dos que conheci - supostamente representavam os ideais socialistas.

[LG] Sobre o seu trabalho intelectual, no que esse período de IMS contribuiu para você?

[JFC] Foi fundamental. Com exceção de textos exclusivamente psicanalíticos, tudo que pude pensar ou escrever foi baseado nos seminários que dei junto com os colegas de departamento que pesquisavam temas semelhantes. Desde “Ordem médica e norma familiar” até “O ponto de vista do outro – figuras da ética na ficção de Graham Greene e Phillip Dick”, o que escrevi foi elaborado a partir dos seminários. Como disse antes, o clima de liberdade intelectual fazia e faz com que eu sempre tenha me sentido a vontade para abordar assuntos relevantes no campo teórico das formas de subjetivação, sem fronteiras disciplinares mesquinhas. História das mentalidades ou genealogia das subjetividades sempre conviveram com questões de epistemologia dos conceitos de sujeito ou de análise de quadros clínicos vistos da perspectiva da psiquiatria ou da psicanálise. O IMS sempre foi um lugar onde me senti livre para investigar, estudar, ouvir, em suma, pensar em como exercer melhor minha clínica, minha atividade de docente e minha condição de cidadão.

[LG] Em algum momento, nas disputas internas, institucionais, você teve que entrar com mais força?

[JFC] Eu sempre me mantive um pouco fora desse tipo de disputa, pelo fato de, simplesmente, não ter competência alguma de gestor.

[LG] Você assumiu a chefia do Departamento em algum momento?

[JFC] Uma única vez fui chefe de departamento, e o resultado foi tão desastroso que com meu assentimento logo, logo me substituíram. [risos meus]...

[LG] Te substituíram rápido...

[JFC] É, arranjaram logo um substituto. Se não me engano, foi a Tania Salém, uma colega nossa que há muito vive em Londres. Além de não ter habilidade, tinha escassez de tempo, pelo fato de ter meu consultório. Meu consultório sempre foi

“meu terreno, meu lugar de observação das diversas formas de subjetivação”. Alí, mais do que em qualquer outro lugar, posso perceber como o imaginário cultural funciona como um dispositivo de subjetivação, à la Foucault. Meus colegas logo entenderam que eu não tinha competência para gestor e eu fiquei sempre em sala da aula. Até hoje!

[LG] O Fiori também ficou em sala de aula...

[JFC] É verdade, Zé Luís também. Assim como Joel que ficou dando aula até se aposentar. Claro, não estou considerando outros colegas porque estes ainda pertencem aos quadros do staff.

[LG] E hoje está construindo a Pós-graduação em Economia Política Internacional...

[JFC] Que ótimo!!!

[LG] Ele gosta é de sala de aula...

[JFC] Zé é, perfeito...nisso. Já outros colegas, como Hesio, Nina, Ricardo Tavares, Reynaldo Guimarães, Zé Noronha, Regazzi, Maria Andréia e outros possuem um grande talento para lidar com questões práticas que vão desde as questões burocráticas até a administração de interesses conflitantes. E isso guardando o interesse por pesquisa e ensino. Sempre achei isso um trabalho insano! Eu não conseguiria dar aula, participar de congressos, discutir com políticos e burocratas e ainda entender de regras e regimentos enlouquecedores!!! É uma habilidade que não se aprende em colégio!! Sem eles, o IMS não teria funcionado até hoje.

[LG] E a Nina era o sujeito perfeito, nessa posição, não é?

[JFC] Perfeito... adorava isso! Parecia que estava no sangue! Foi uma gigante! Junto com Hesio carregou o IMS do berço até que ele começou a andar com as próprias pernas.

[LG] Essas referências sustentam o Instituto, simbolicamente, até hoje?

[JFC] De certo modo, sim.... Mas não da forma como os mais antigos percebiam os dois. Os mais jovens vivem num mundo diferente. Nosso mundo era o da tentativa de criar coisas novas, em face da pobreza institucional e de ideias em que estava mergulhada a prática da saúde pública. Pense que o SUS foi em grande parte uma ideia do IMS, assim como nós, da área psiquiátrica, ajudamos a difundir ideias que fluíram, posteriormente, para o movimento que fundou os CAPS. Como disse, no primeiro CAPS, tivemos uma presença significativa. Bem, a história não para.

[LG] Houve algum momento crítico para você, no IMS?

[JFC] Que eu lembre, não... Mas posso ter recalçado!!! [risos nossos]... Pequenas discussões, com certeza. Mas nada sério.

[LG] Alguns momentos do Instituto me parecem críticos: em meados da década de 80, quando houve a debandada para o INAMPS...

[JFC] Ah, sim... aí, talvez. Mas nesse momento, entraram Madel Luz e Maria Andrea, e Andrea teve um papel muito importante na direção do IMS. Ela conseguiu, inclusive, que mudássemos as instalações físicas para melhor, o que era uma coisa difícilima, antes como agora. As novas instalações representaram uma espécie de sopro de confiança.

[LG] Você participou das discussões?

[JFC] Muito pouco...

[LG] Sobre o Departamento de Ciências Humanas, ele tomou duas formas: vocês, numa discussão de “Saúde Mental”, e o pessoal da Antropologia, Gênero e Sexualidade... como essas duas formas foram se conformando?

[JFC] Nunca houve diálogo e colaboração formais ou sistemáticos. Lembro de haver feito um trabalho com Richard, que já citei, e outro dentro de um projeto de pesquisa coordenado por Maria Andrea. Mas ficou por aí. A última tentativa que fizemos de colaboração interdisciplinar, foi a de organizar o PEPAS [Programa de Estudos e Pesquisas da Ação e do Sujeito]. Porém, como seria previsível, os colegas nem tinham tempo, nem podiam se dedicar a estudar temas que estivessem longe de seus interesses de pesquisa. No início ainda funcionou um pouco. Agora, apenas os interessados no assunto participam, e são, na maioria, alunos do Benilton, do Francisco e do Rossano. Mas continuamos a investir na ideia.

[LG] Obrigado, professor. Diga-me 5 pessoas para eu entrevistar.

[JFC] Bom, os professores você já está entrevistando... talvez fosse importante entrevistar... você quer pessoas desse período, do início?

[LG] Pode ser os que vierem na sua cabeça, os que você considere importante eu ouvir...

[JFC] Acho que seria interessante ouvir alunos que se tornaram professores. Eles já frequentaram um IMS completamente diverso daquele inicial.

[LG] Você considera interessante eu ouvir o Paulo Amarante?

[RT] Sim. O Paulo pode ter uma visão ao mesmo tempo próxima e distanciada, já que nunca pertenceu ao quadro dos professores. Outro que seria muito importante ouvir é o Renato Veras.

[LG] O Joel você considera interessante?

[JFC] Claro! Joel é um dos “fundadores”.

[LG] Faltam dois, professor...

[JFC] Paulo, Renato, Joel, Rossano, Rafaela...

[LG] E ele é vice-diretor, hoje...

[JFC] Ah, o Rossano é vice-diretor, até esqueço [risos nossos]... é tanta gente, que a memória acaba engarrafando.

[LG] O Richard Parker?

[JFC] Richard com certeza. Tanto mais que ele pode ter uma visão de fora, menos endogâmica. Sergio Carrara e Jane Russo, também são nomes absolutamente fundamentais. Se não estiveram no início, logo passaram a assumir funções docentes e administrativas de muita importância. Sergio, inclusive, junto com Maria Luiza fundou o CLAM.

[fim]